

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: UM OLHAR PARA OS TRABALHOS DO XII EPEA

Dan Rabelo Maia Velloso¹

Rodrigo da Luz²

INTRODUÇÃO

Vivemos uma crise socioambiental complexa, que não se reduz ao crescimento populacional, mas envolve desigualdade social, consumo excessivo e produção acelerada de bens, afetando principalmente os países mais pobres. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) deve superar a visão restrita à biologia e se consolidar como educação política, crítica e transformadora, promovendo cidadania, autonomia e participação social (Reigota, 2009; Domingos; Silva, 2020).

A escola desempenha papel central nesse processo, devendo trabalhar a EA de forma contínua e prática, valorizando conhecimentos científicos, artísticos e populares para enfrentar problemas cotidianos (Reigota, 2009). Eventos como o Encontro Nacional de Pesquisas em Educação Ambiental (EPEA) e o Grupo de Discussão e Pesquisa sobre Educação Ambiental no Contexto Escolar (GDPEACE) fomentam a produção de saberes, práticas inovadoras e debates críticos sobre as políticas e metodologias de EA, resistindo a negacionismos e desigualdades socioambientais (Domingos; Silva, 2019; 2020).

O XII EPEA, realizou-se em Matinhos, Paraná, no período de 13 a 17 de abril de 2025, abordando a formação de educadores ambientais e a integração entre mundo humano e não humano. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar práticas educativas presentes nos artigos aprovados no GDPEACE do XII EPEA, investigando a relação universidade-escola, os desafios do ensino público e a importância das práticas colaborativas para enfrentar desigualdades socioambientais e aprimorar a formação docente.

¹ Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estudante de ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun. E-mail: danveloso7@gmail.com

² Professor assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: rlsilva@uesc.br



A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conforme conceituada por Gil (2002), que permite compreender fenômenos complexos a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos e contextos estudados. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada com base em materiais previamente publicados como trabalhos apresentados em eventos, possibilitando o levantamento e a sistematização do conhecimento já existente sobre o tema. O EPEA foi escolhido como objeto de análise por sua relevância acadêmica e científica. Trata-se de um evento bianual, realizado desde 2001, que reúne pesquisadores nacionais e internacionais e constitui importante espaço de socialização de práticas e reflexões sobre Educação Ambiental.

No EPEA 2025, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram submetidos 225 trabalhos, sendo 63 direcionados ao GDPEACE. Destes, 54 foram aprovados, e 5 foram selecionados para análise neste estudo, com base em critérios de relevância: ênfase no contexto escolar, descrição de práticas pedagógicas efetivamente implementadas e contribuição concreta para a EA escolar. É importante ressaltar que para um maior entendimento, os trabalhos foram organizados e listados em códigos, como (T01, T02, Tn...).

Foram excluídos trabalhos de caráter puramente teórico ou sem vínculo direto com práticas educacionais. A análise foi conduzida por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), metodologia que envolve as etapas de unitarização (identificação de unidades de significado), categorização (organização dos dados por temas e semelhanças) e construção do metatexto (síntese interpretativa das categorias e dos sentidos emergentes) (Moraes; Galiazzi, 2016). Essa metodologia favoreceu uma leitura aprofundada e reflexiva dos textos, permitindo a compreensão de significados e contribuições das práticas analisadas.

O objetivo desta seção foi analisar e discutir as práticas efetivas de Educação Ambiental (EA) presentes nos cinco trabalhos selecionados e aprovados no Grupo de Discussão e Pesquisa em Educação Ambiental no Contexto Escolar (GDPEACE) do XII



Encontro Nacional de Pesquisas em Educação Ambiental (EPEA). Os achados empíricos foram sistematizados em três categorias analíticas para fornecer uma esquematização em texto corrido, essencial ao formato de resumo expandido.

A primeira categoria, Distribuição Geográfica e Desigualdade Regional, revelou que, dos cinco trabalhos, há uma concentração nas regiões Sudeste (40,0%) e Nordeste (40,0%), com o Sul representando os 20,0% restantes. A ausência de representantes das regiões Norte e Centro-Oeste no GDPEACE de 2025 reitera uma desigualdade regional já observada em edições anteriores, conforme Domingos e Silva (2020).

Embora a maior tendência histórica de produção nas regiões Sul e Sudeste se deva à concentração de centros de pesquisa, o crescimento significativo de produções focadas em práticas no Nordeste sugere uma possibilidade de ampliação das fronteiras onde ocorrem, historicamente, as edições do evento. Contudo, a ausência de trabalhos das regiões Norte e Centro-Oeste aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam a visibilidade e o financiamento para que suas experiências pedagógicas transformadoras sejam reconhecidas nacionalmente.

A segunda categoria, Formas de Inserção, Natureza e Abordagens da EA, evidenciou uma rica diversidade metodológica e, de forma unânime, a adoção da perspectiva crítica de Educação Ambiental. As práticas são intrinsecamente interdisciplinares e buscam integrar a temática no cotidiano escolar, superando a limitação da EA às disciplinas de Biologia e Geografia.

As metodologias incluíram Intervenção Pedagógica com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) ao ar livre (T01), Oficinas narrativas com produção de livros cartoneros (T02), e aplicação de Sequência Didática, sendo que os trabalhos T04 e T05 avançaram para a dimensão Interseccional da EA, abordando temas de racismo e injustiça ambiental. O uso de um conflito real (QSC) como ponto de partida (T05) demonstrou a potência da EA como educação política, capaz de aproximar os estudantes das tensões socioambientais de seus territórios e desenvolver a consciência crítica. Todos os trabalhos, nesse sentido, se alinham ao pensamento de Eunice Trein (2012, p. 316), segundo a qual "Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma homogênea de organizar a sociedade"

A terceira categoria, Níveis de Ensino, Limites e Potencialidades, revelou que as práticas se concentram no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com apenas uma prática na Educação Infantil, e uma ausência preocupante de experiências relatadas no



Ensino Fundamental I. As potencialidades são evidentes, como o desenvolvimento da linguagem e do pensamento crítico. Contudo, os limites são estruturais e institucionais. O sucesso das práticas depende da formação docente e da infraestrutura (T01), um fator crucial, pois, como afirma Carvalho (2004), a formação de professores é a "peça-chave" para a efetividade da EA.

Outro desafio é a falta de continuidade das ações (T03), que tornam as práticas pontuais e vulneráveis, impedindo que a EA se incorpore à cultura organizacional da escola, como defende Loureiro (2012). Além disso, a predominância de práticas dentro dos limites físicos da escola e a ausência de menção a ambientes não formais (como parques ou museus) limitam a amplitude formativa, pois a EA, segundo Guimarães (2004), deve extrapolar os muros para que o aluno se perceba como sujeito ambiental inserido em contextos complexos.

Os resultados revelam que o GDPEACE constitui um importante espaço de resistência, diálogo e produção de conhecimento sobre EA. As práticas relatadas nos trabalhos analisados apontam para o fortalecimento de ações educativas integradas entre escolas e universidades, destacando a importância da interdisciplinaridade, da valorização dos saberes locais e da formação de professores comprometidos com a transformação social. As experiências demonstram que, quando articulada de forma crítica e contínua, a EA contribui para o desenvolvimento de uma consciência ecológica e cidadã, superando abordagens pontuais e fragmentadas.

Em suma, os resultados evidenciam que, embora haja um caminho potente de inovação e alinhamento ético com uma EA crítica e transformadora no Brasil, este ainda enfrenta barreiras estruturais significativas. Para que essas práticas superem o caráter pontual e se tornem um processo contínuo e transformador, é fundamental investir na formação docente, garantir a integração curricular em todos os níveis de ensino (incluindo o Ensino Fundamental I) e promover a articulação com ambientes não formais de aprendizagem. Tais mudanças são imperativas para enfrentar as desigualdades socioambientais e aprimorar a formação docente no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as práticas educativas nos artigos aprovados no XII EPEA, no GDPEACE, e refletiu sobre a relação entre universidades e escolas. A importância de uma abordagem crítica da EA foi destacada, valorizando experiências de participantes,



como professores e estudantes. Foi identificado que faltam mais práticas efetivas no campo da EA escolar no contexto pesquisado, de modo que futuras pesquisas devem ampliar e detalhar práticas educativas em outras edições do evento. Pesquisas dessa natureza podem colaborar para que a EA se torne um processo permanente e transformador nas escolas, sustentado por políticas públicas e professores qualificados.

Conclui-se que a Educação Ambiental, quando compreendida como processo político, formativo e emancipatório, é capaz de promover mudanças significativas nas práticas pedagógicas e no modo como a sociedade se relaciona com o meio ambiente. A articulação entre teoria e prática, promovida em espaços como o EPEA e o GDPEACE, reafirma a importância da pesquisa e da colaboração entre instituições acadêmicas e escolares para o fortalecimento de uma educação voltada à sustentabilidade, à justiça social e à construção de um futuro mais equitativo e solidário.

Palavras-chave: Educação Ambiental Escolar, Educação Ambiental Crítica, Pesquisa Bibliográfica, GDPEACE.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

DOMINGOS, Patrícia; SILVA, Silvana do Nascimento. O que foi discutido e pesquisado no Grupo de Discussão e Pesquisa em Educação Ambiental e contexto escolar (GDP) do EPEA-2019? **Pesquisa em Educação Ambiental** (Online), v. 15, p. 126-142, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/15129/11641>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DOMINGOS, Patrícia; SILVA, Silvana do Nascimento. Mapeamento dos artigos apresentados no grupo de discussão de pesquisa educação ambiental no contexto escolar do EPEA de 2017. **REVISEA**, v. 7, p. 73-82, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/12845/9686>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. Campinas, SP: Papirus, 2004.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** 3. ed. Ijuí:Unijuí, 2016.



REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais:** a construção de uma cidadania ambiental crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

TREIN, Eunice Schilling. A educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 304–318, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673>. Acesso em: 2 set. 2025.

XI EPEA 2025. *XII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental*. Universidade Federal do Paraná, 2025. Disponível em: <https://xiiepea2025.ufpr.br/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

